SUBCLÁUSULA QUINTA. Constitui motivo para a rescisão deste instrumento, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguidas

- utilização do proponente dos recursos em descordo com o Plano de trabalho.
- aplicação pelo proponente, no mercado financeiro, em desacordo com a
- legislação vigente.

 I. falta de apresentação pela proponente de prestação de contas e da prestação de contas final nos prazos estabelecidos.

SUBCLÁUSULA SEXTA - O presente termo de fomento poderá, ainda, ser denunciado pelas partes, mediante notificação escrita antes do término da execução do objeto do

SUBCLÁUSULA SÉTIMA – Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste termo de Fomento, ficarão as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-se lhe, igualmente, os beneficios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA OITAVA – É facultado aos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

SUBCLÁUSULA NONA – Nos casos de conclusão, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Municipal no prazo improrrogêvel de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES:

Nota explicativa:

Bens remanescentes são aqueles de caráter permanente que poderão ser utilizados mesmo após o fim da parceria. A Lei nº 13.019/2014 dispõe que a titularidade dos bens remanescentes deverá ser prevista de antemão e de forma justificada no Termo de Fomento da forma seguinte: a) quando os bens forem necessários a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública federal, verificada a viabilidade econômica de transporte e guarda, a cláusula de definição da titularidade dos bens remanescentes determina a titularidade para a administração pública; ou b) quando os bens forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização da sociedade civil, os bens remanescentes serão de titularidade da OSC celebrante, ou poderão, ainda ser daadas a terceiros desde que seja demonstrado, ou paraç fins de interesses

poderão ainda, ser doadas a terceiros, desde que seja demonstrado o uso para fins de interesse

[PRIMEIRA OPÇÃO – TITULARIDADE DA OSC]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta

Subcláusula Primeira. Os bens patrimoniais de que trata o caput deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferica da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Segunda. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

Subcláusula Terceira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

1. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição, ou

11. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

ao seu uso ou aquisição. Subclaúsula Quarta. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da arceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no

cálculo do valor a ser ressarcido. Subcláusula Quinta. A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de intereses esocial.

Subcláusula Sexta. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida

para o órgão ou entidade piblica federal, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Federal.

ISEGUNDA OPCÃO - TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAI

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública federal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Subcláusula Primeira. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública federal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública

Subcláusula Segunda. A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a Administração Pública Federal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não mais será responsável pelos bens.

Subclaúsula Terceira. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela Administração Pública Federal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

Subcláusula Quarta. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública [ederal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO:

A publicação resumida deste termo de fomento, no Diário Oficial do Município, será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA logo após sua assinatura, sendo que só após a referida publicação produzirão efeitos jurídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Pertence a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, a titularidade dos bens e direitos remanescentes da data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica, decorrentes de trabalhos, realizados no âmbito do presente termo de fomento, serão atribuídos às partes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento da concedente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – É vedada a utilização das informações e produtos mencionados no caput desta clâusula, em qualquer outro estudo ou projeto, sem prévio consentimento da ADMINISTRAÇÃO PÜBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA OUARTA - DA ACÃO PROMOCIONAL:

Em qualquer ação promocional relacionadas com o objetivo do presente termo de mento fica vedado às partes utilizarem, nos empreendimentos resultantes deste termo de fomento, mes, simbolos ou imagem que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores

CLÁUSULA DÉCIMA OUINTA - DA LEGALIDADE:

O referido instrumento é disciplinado pela LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, pela LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, IN nº 04/04 TCE, IN nº 1/94 – STN, Decreto Municipal nº 2.121/2021 e disposições contidas no processo administrativo XXXXXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Nos casos de execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e normas do Decreto Municipal nº 2121/2021 e legislação específica, caberá ao XXXXXXXXX, aplicar à Organização da Sociedade Civil, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, conforme art. 88 do Decreto nº 2.121/2021:

- I-Advertência: tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria, que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;
- II Suspensão temporária: será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se:
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto:
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dele provieram para a Administração Pública Municipal.

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da saneão anlicada com base no inciso II. sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

15.1. Elege-se o foro de Palmas-TO, para dirimir quaisquer conflitos úvidas oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Fomento, nos termos d rt. 42, inciso XVII, da Lei nº 13.019/2014. dúvidas oriunda

E, assim por estarem em pleno acordo e ajustados, depois de lido e achado conforme, presente instrumento vai ser assinado em 3 (três) vias pelos representantes dos respectivos

Palmas – TO, XXXXXXXX de XXXXX.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx XXXXXXXXXXXX ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

sten	nunhas:		
1.	Nome		
	CPF Nº		
2.	Nome		
	CDE NO		

PROCESSO: 2023052878

INTERESSADA: Procuradoria-Geral do Municínio ASSUNTO: Estabilidade provisória. Estado gravídico

PARECER REFERENCIAL Nº 09/2023/SUAD/PGM

EMENTA: PARCER JURIDICO REFERENCIAL PORTRAIA-GAB/FOMN* 22, DE 30 DE JUNIO DE 3023. DIREITO ADMINISTRATITO E CONSTITUCIONAL ESTABILIDADE DA GESTANTE INDEPENDENTE DO REGIME JURIDICO PROROGOAÇÃO DO CONTRATIO DE TRABALHO TEMPORARIO DORANTE O PERÍODO DE GESTAÇÃO ARTS. "; I E XVIII DA CEF 10. IL B. DO ADOC ESTRALIQÃO ARTS. "; I E XVIII DA CEF 10. IL B. DO ADOC ESTRALIGAD ARTS. "; I E XVIII DA CEF 10. IL B. DO ADOC ESTRALIGAD ARTS. "; I E XVIII DA CEF 10. IL B. DO ADOC ESTRALIGAD ARTO SOCIAL DE SOC

Dispensabilidade de análise individualizada de processos que envolvem matéria jurídica recorrente e que se amoldam aos termos do presente parecer professorado.

referencial:

2. Parecer pela possibilidade jurídica do pedido, desde que atendidos os requisitos expressos neste opinativo:

3. Dispenso de submissão à Subprocurudoria Administrativa, caso a caso, de processos sobre a matéria em análise, desde que o órgão responável ateste nos autos que o percer referencial amódia- e à stitução concreta.

RELATÓRIO

- Trata-se de Processo Administrativo iniciado para atender determinação a pelo Procurador-Geral do Município de Palmas, através do Oficio nº 146/2023/GAB/PGM, no fosicitado a elaboração de parecer referencial em relação à estabilidade provisória em orrência do estado gravídico.
- 2. Ressalta-se que diante da multiplicidade de processos administrativos encaminhados à Procuradoria-Geral do Município de Palmas, com objeto de análise identicos, a intenção do presente referencial é atender a Administração Pública municipal de forma celtere, pel dispensa de análise individualizada dos processos com mesma tenática e fundamentação legal, em homenagem aos princípios de a eficiência, da cocomicidade, e da segurança jurídica.
- Por fim, insta salientar que a presente manifestação referencial destina-se à públicos assessorados em relação à estabilidade outorgada à gestante. orientação dos órgãos públicos as

DA ADOÇÃO DO PARECER JURÍDICO REFERENCIAL

- 5. Entende-se por parecer jurídico referencial aquele que analisa todas as questões jurídicas de processos administrativos que envolvam matérias idênticas e recorrentes. Nessa lógica, os processos cujo objeto sejam matéria de parecer jurídico referencial estão dispensados da análise individualizada pela Procuradoria-Geral do Municipio.
- 6. O Tribunal de Contas da União, possui entendimento pela possibilidade da adoção de pareceres referenciais, uma vez que la liprática não encontra óbice no que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/1993. É o que se percebe da leitura do Acórdão nº 2.674/2014 Plenário TCU:
 - "à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo inicio, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdias 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Pienário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração, pelos órgãos e entidades da administração, pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas <u>pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação</u> <u>Normativa AGU nº 55, de 2014"</u> (grifamos)
- 7. Em decorrência do elevado número de processos em matérias idênticas, recorrentes e de baixa complexidade jurídica, a Procuradoria-Geral do Município de Palmas, inspirada na Orientação Normativa AGU nº 55¹, de 23 de maio de 2014, publicou, no Diário Oficial do Município nº 3.254 de 04 de julho de 2023, a PORTARIA/GAB/PGM/Nº 22, DE 30 DE JUNHO DE 2023, que autoriza, no âmbito da Advocacia Pública do Município de Palmas, a figura da manifestação jurídica referencial. De seu teor, extrai-se:
 - ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014
 OADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das artibuições que lhe conferem os incisos 1. X. Yu e XIII, do art. 4" do
 Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro ne 1993, considerando a que consta do Processo n°
 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos juridicos enumerados
 nos arts. 2" e 1" da Lei Complementar n° 73, de 1993.

 1 Os processos que sejam objeto de manifestação juridica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questies
 juridicas que envolvem matérias údinicas e recorrentes, estão dispensados de análisa individualizada pelos órgãos
 consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citade
 manifestação.

- RETIFICAÇÃO

 No Orientação Normativa nº 47, de 23 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 26 de maio de 2014, Seção 1, pág. 29, onde se lê: "Orientação Normativa nº 47, de 23 de maio de 2014.", leta-se: "Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014...", leta-se: "Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014...", leta-se: "Orientação Normativa nº 47, de 23 de maio de 2014...", leta-se: "Orientação Normativa nº 47, de 23 de maio de 2014...", leta-se: "Geral do Martiniza de simultas-padrão, elaboradas pela Procuradoria Geral do Martinização Direta e Indireta, serão disponibilizadas no sitio eletrónico oficial da Prefeitara Manicipal de Palhas evoi de oura forma, devel que se assegure a conflabilidade, integridade, disponibilidade e autenticidade documental.

Parágrafo único. Para fins de utilização da minuta-padrão é necessário q área técnica jurídica ateste que o instrumento está em conformidade com modelo disponibilizado, conforme "Mestado de Utilização da Minu Padrão" em Anexo I, e caso somente exista manifestação referencial, deve ser utilizado o documento previsto no Anexo II, que atesta a adequação caso em concreto.

- Art 2º Fica instituído o Parecer Referencial, a critério da Procuradoria-Geral do Município, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possivel estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, desde que observados determinados requisivos e de que a dras técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial.
- § 1º A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pela Procuradoria Geral do Municipio, salvo consulta acerca de divida juridica específica, devidamente identificada e motivada, que não tenha sido sanada pelo consecuencemente especial.
- § 2º A análise de convénio, termo de parceria ou instrumento congêne poderá ser feita por Parecer Referencial, do qual deverão constar necessários requisitos, limites e recomendações de indole jurídica, inclusi quanto ao respectivo Plano de Trabalho.
- Art. 3º A elaboração do parecer jurídico referencial é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município, mediante solicitação dos Órgãos da Administração Direta ou dos Entes da Administração Indireta do Município ou do Procurador-Geral do Município.

Parágrafo único. O órgão interessado em submeter o assunto para análise e aprovação de parecer referencial deverá encaminhar solicitação à Procuradori-Geral do Município, instraindo o requerimento com a documentação pertinente, através de processo administrativo.

- Art. 4º O Parecer Jurídico Referencial, subsertio pelo Procurador do Municipio designado para antar no respectivo processo administrativo, seri-publicado no Diário Oficial do Municipio de Palans, deede que previamente aprovado pela chefid da Subprocuradoria Administrativa e pelo Procurador Geral do Municipio.
- Art. 5º O Parecer Juridico Referencial, meramente opinativo, versa sobre análise estritamente juridica, competindo ao gestor a decisão que considere atender ao melhor interesse da municipalidade, inclusive no que tange a existência de interesse público, não cabendo a Procuradoria-Geral do

Município adentrar na análise de conveniência e oportunidade, alheios à missão deste órgão.

Art. 6º O posicionamento exarado no Parecer Jurídico Referencial poderá ser revisado em caso de necessidade de complementação, aperfejcomento ou ampliação de posicionamento lançado em parecer referencial anterior, bem como na hipótese de adaptis-lo a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou mudança de entendimento da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo Único. Os pareceres referenciais serão revisados anualmente pela Procuradoria do Município, para fins de verificação da necessidade de adequação ou modificação.

- Art. 7º Em caso de alteração da legislação que fundamentou o Parecer Referencial, o órgão da Administração poderá suscitar à Procuradoria Gerál do Municipio vertual necessidade de substituição da orientação procedente, sem projuizo do dever funcional do corpo técnico da Procuradoria de manter-se dutulição com a legislação e regulamentos editudos e solicitar os
- Art. 8° O processo cujo tema tenha sido objeto de Parecer Referencial deverá ser instruído com a sua cópia, check-list, e a minuta padrão, conforme o caso e o respectivo Atesto de Conformidade correspondente.
- Art. 9º. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão resolvidos pelo Procurador-Geral do Município.
- Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
- 8. Assim sendo, é imperativo comprovar que o volume de processos em matérias repetitivas afeta a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos e que a atividade jurídica exercida se restringe à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
- 9. In casu, o presente parecer juridico referencial abrangerá os processos administrativos cuja matéria envolva análise juridica referente à estabilidade provisória das servidoras públicas e as empregadas em estado gestacional, inclusive as contratadas a título precário ou ocupantes de cargo em comissão, qualquer que seja o regime juridico a elas aplicável.
- 10. Dessa forma, sabendo que o fluxo de processos que envolve o objeto supramencionado é muito elevada, é certo dizer que a análise individualizada de cada processo administrativo que verse sobre o tema enseja excesso de demanda apta a prejudicar a rotina de trabalho desta Subprocuradoria Administrativa, haja vista que o referido setor, por força do art. 10, I da Lei municipal nº 1,956/2023², é responsável pela análise e encaminhamento das questões

- Art. 10. As atividades da Procuradoria Geral do Município são executadas por intermédio das seguintes
- Subprocursadorias:

 1 Subprocursadoria Administrativa (SUAD), responsável pela análise e encaminhamento de todas as questões submetidas à apreciação da Procuradoria Geral em qualquer área, emitir parecer sobre atos de pessoal e procedimentos licitatórios, pelas desapropriações na fase amigável, bem como pelo registro e controle dos bens patrimoniais e do instituto do direito de construir, à exceção da área fiscal e tributária;

submetidas por todos os órgãos que compõe a Administração municipal e suas Autarquias, em qualquer área, tendo a obrigação de emitir parecer sobre atos de pessoal, procedimentos licitatórios, desapropriações na fase amigável, bem como em relação ao registro e controle dos bens patrimoniais e direito de construir em âmbito local.

- 11. Assim, por meio deste parecer jurídico referencial, a verificação do atendimento das exigências legais mediante a conferência de documentos ou análise devida à área técnica competente deixará de ser realizada caso a caso pela Subprocuradoria Administrativa, exatamente por se reconhecer que esse tipo de trabalho, a rigor, não tem indole jurídica e se constitui em atividade própria de gestão, de responsabilidade exclusiva do Administrador Público.
- 12. Uma vez verificada a ocorrência dos requisitos prescritos na PORTARIA/GAB/PGMN° 22. DE 30 DE JUNHO DE 2023, compete ao órgão consulente proceder a juntada do presente Parecer Referencia lem cada processo administrativo que verse sobre pedido de prorregação do contrato temporário de trabalho decorrente de estado gravidico, atestando e comprovando o cumprimento integral das orientações expressas neste opinativo, check-list, e a minuta padrão, conforme o caso e o respectivo Atesto de Conformidade correspondente.
- 13. Destaca-se a ressalva contida no art. 6º da portaria supramencionada que determina que "O posicionamento exarado no Parecer-Jurídico Referencial poderá ser revisado em caso de necessidade de complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento alançado em parecer referencial anterior, bem como na hipótese de adaptá-lo a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou mudança de entendimento da Procuradoria-Geral do Município".
- 14. De efeito, optou-se pela elaboração da presente manifestação jurídica referencial, a fim de dar cumprimento aos principios da celeridade, economia processual, eficiência e segurança jurídica, de modo que, entendem-se preenchidos os requisitos da mencionada PORTARIA/GAB/PGM/Nº 22, DE 30 DE JUNHO DE 2023.
- 15. Em todo caso, qualquer dúvida jurídica sobre a aplicação do parecer jurídico referencial deve ensejar a submissão da matéria à Procuradoria-Geral do Município, sob pena de responsabilização do agente público.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO

16. A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu art. 7º, inciso I, que são direitos dos trabalhos urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que, dentre outros direitos, preverá indenização compensatória.

Por sua vez, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT),

'Art. 10 - Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição

(...) II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

(...) b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto."

- 18. Pois bem. A matéria em exame está delineada em posicionamento dominante perante as Cortes Superiores. Isso porque já restou definido pelo Supremo Tribunal Federal que a gestante, ocupante de cargo de provimento em comissão ou contrato temporário, tem direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses depois do parto, nos termos do artigo $7^{\rm nd}$, inciso XVIII , da Constituição Federal e do artigo 10, inciso II, alinea b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT).
- 19. Assim, a Constituição traz que a servidora pública gestante tem direito à licença maternidade, sem prejuizo do emprego do salário; e à estabilidade provisória. Tais direitos têm por objetivo proteger a maternidade e a infiância (art. 6°, caput; 226, caput, e 227 da Constituição), já que permitem tanto a recuperação física e mental da mulher quanto a atenção às necessidades da criança.
- 20. Nesse sentido, a aplicação da regra de proteção à maternidade abrange todas as servidoras públicas, independentemente do regime jurídico ao qual está vinculado, conforme o entendimento jurisprudencial do STF:

Agravo regimental em recurso extraordinário. Servidora pública em licença gestante. Estabilidade. Reconhecimento, mesmo em se tratando de ocupante de cargo em comissão. Precedentes.

L. Servidora pública no gozo de licença gestante faz jus à estabilidade.

provisória, mesmo que sela detentora de carro em comissão, 2. Jurisprudência pacifica desta Suprema Corte a respeito do tema. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF, RE 368460 AgR, Realaor(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 27/03/2012, ACORDAO ELETRÔNICO DJ-681 DIVULG 25-04-021 PUBLIC 26-04-021 Public C3-04-021 P

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CARGO EM COMISSÃO. SERVIDORA GESTANTE. EXONERAÇÃO. DIREITO À INDENIZAÇÃO. L. As servidoras públicas e emprepadas gestantes, inclusive as

7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição

sociai: [...] XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

contratadas a titulo precário, independentemente do regime juridico de trabulho, têm direito à licença-matemidade de cento e vinte dias e à estabilidade provisorir desde a contirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Precedentes RE n. 579/898-AgR, Primeira Turma, Redator o Ministro Ricardo Lewandowski, Die de 290.2011, RE n. 600.057-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro Eros Grau, Die de 23.10.2009 e RMS n. 22-20.5, Segunda Turma, Relator o Ministro Carlos Vicloso, Di de 95.03.2. Agravo regimental a que se nega provimento" (STF, AI 804.574-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 16.9.2011).

O Superior Tribunal de Justiça perfilha do mesmo entendimento da Suprema Corte:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANCA. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL DISPENSA DE SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTE TEMPORARIO DURANTE O PERÍODO DE GESTAÇÃO. ARTS. ??, XVIII. DA CFE 10, 11, 18, 10. DA OCT. INDENIZAÇÃO. SUBSTITUTIVA DA ESTABILIDADE PROVISÔRIA, POSSIBILIDADE VALORES POSTERIORES À MEPETRAÇÃO. SUBSTITUTIVA DA ESTABILIDADE PROVISÔRIA, POSSIBILIDADE VALORES POSTERIORES À MEPETRAÇÃO. SUBMULAS 20 E 271.STT. PRECEDENTES, PEDIDO DE APLICAÇÃO DO ART. 97 DO DECRETO. SUBMULAS SUBMULAS

таминине, rrecedentes.[...] TJ – AgRg no RMS 27.308/RS – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe /10/2013). Destaquei

O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins também já se manifestou a

REMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE RECURSO VOLUNTARIO FILO ENTE PÚBLICO. APELAÇÃO CUTLE. MANDADO DE SECURANÇA. SEVIDORA PÚBLICA CONTRADADO DE SEUDRANÇA SEVIDORA PÚBLICA DE SEVIDORA PÚBLICA DE SEVIDORA PÚBLICA DE SEVIDORA DE ENTENDIMENTO DO STE SENTENÇA MANTIDA. O Quando interposto recurso voluntário pela Fazenda Pública sucumbante, não há de ser conhecido o recxame necessário, face o disposto no art. 496, §1°, CPC

A estabilidade provisória se estende à servidora gestante ocupante de respecto a turninado en pessoa ilumina e ao intendito da diruceza a maternidade, sendo-lhe garantida a indenização dos valores que receberia até o quinto mês após o parto, em caso de dispensa/exoneração. 3- O Supremo Tribunal Federal que pacificao u o entendimento de que a estabilidade provisória da gestante se aplica às servidoras públicas e empregadas, incluídas as contratadas a título precário (art. 37, inc. IXI , da Constituição da República), independente do regime jurídico de trabalho. 44 Apelo conhecido e mão provido. (Apelação/Remessa Necessária 0000235-27.2021.8.72742, Rel. JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR, GAB. DO JUIZ CONVOCADO JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR, julgado em 09/02/2022, DJe 21/02/2022

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATO TEMPORARIO. ESTADO GRAVIDICO. ESTABILIDADE ENTENDIMENTO DO STE SENTENÇA MANTIDA. 1-A estabilidade provisória se estende à servidora gestante ocupante de caspio en comissão, contratos com prazo determinado ou temporário, em respois dignidade da pessoa humana e ao princípio da proteção à natro quantidade, sendos parto, em caso de dispersas econcração. Sendos de constituição da República, indentar se aplica às servidoras públicas e empregadas, incluídas as contratadas a título precairo (art. 37, inc. IX, do Constituição da República), indendendente do regime jurídico de trabalho. 3- A indenização arbitrada seguiu os parâmetros condizentes ao caso, ao passo que não mercere retorque.

passo que não merece retorque.

Apelos disciplinarios de não provido.

(Apelação Civel 0000772-46-2021.8.7.2.702, Rel JOSÉ RIBAMAR
MENDES JÚNIOR, Julgado en 06/04/2022, De 05/05/2022 14:10-41).

23. Por fim, há que se registrar que a matéria foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal sob o <u>Tema 542 de Repercussão Geral</u> (RE 842844 / SC), em que se firmou a seguinte tese: "A trabalhadora gestante tem direito ao gazo de licençu-maternidade e à estabilidade provisória, independente do regime juridico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado".

24. Assim, deve-se observar a Tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal favorável à estabilidade da gestante, independente do regime juridico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

Nesse mesmo sentido, opinara a Procuradoria de Estado do Rio de Janeiro, no processo administrativo n. E-30/001/318/2015, em 09/09/2015:

(...)

No que se refere à estabilidade gestacional, <u>ressalvada eventual mudança de orientação do STF</u>, por ocasião do julgamento do RE 842.844 admitido sob a sistemática da repercussão geral: (i) a contratada temporiar inen direito ao gozo de licença-maternidade de 120 dias (CF, art. 7, XVIII, elo c art. 39, \$3°); (ii) a contratada temporiar faz jus à estabilidade provisória prevista no artigo 10, 11, % do Ato das Disposições Constitucionias Transistorias; e (iii) a vigência do contrato temporario não tem o potencial de evozaira a garantias constitucionias relacionadas à gestante, as quais devem ser asseguradas independentemente do prazo de duração do respectivo contrato. (No RE 842.644, como voltas, oral apreciado o Tema 342).

26. Desta forma, <u>as servidoras públicas, incluídas as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, tem direito à estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez atê cinco meses após o parto, se houver anterioridade do fato biológico da gravidez à terminação do contrato, devendo ser aferido através de Laudo Médico Pericial.</u>

- 27. Observe que a garantia constitucional protege a trabalhadora gestante da dispensa arbitrária ou sem justa causa, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto. É dizer dois são os requisitos para a configuração do direito à estabilidade provisória: <u>dispensa levada a efeito imotivadamente</u> e <u>durante o período gestacional até 5 meses após o parto</u>.
- 28. Em outras palavras, não é qualquer dispensa que está vedada, mas apenas e tão somente aquela em que, ocorrida dentro do lapso temporal protegido pela estabilidade, tenha como pressuposto a arbitrariendade ou ausência de justa causa.
- 29. Por conseguinte, extrai-se do exposto que a jurisprudência admite, em caso de dispensa/exoneração, a possibilidade de indenização dos valores que a gestante receberia no periodo da estabilidade provisória, isto é, pelo periodo de até cinco meses após o parto (150 dias) (Apelação/Remesea Necessária 0000335-27,021.8,27.2742, Rel. JOSE RIBMAM RENDES JÚNIOR, 64B. DO JUIZ CONVOCADO JOSÉ RIBMAM RENDES JÚNIOR, julgado em 09/02/2022, DJe 21/02/2022 17:44:02), e não somente pelo periodo de licença maternidade (120 dias) da Lei Complementar 008/99, do Município de Palmas-TO, alterada pela Lei Complementar nº 189/2009 (princípio da norma mais favorável à trabalhadora).
- 30. É essencial, como condição sine qua non à adoção do presente parecer jurídico referencial, que o órgão responsável ateste, de forma expressa, que o caso concreto amoldase aos termos do presente parecer, consoante exigência da citada Portaria PGM n. 65/2017. Recomenda-xe, portanto, a citada certificação, de forma expressa, nos autos, bem como a juntada do presente parecer referencial em cada um dos processos administrativos sobre a matéria em exame.

IV. OBSERVAÇÕES FINAIS

- 31. Com o intuito de auxiliar o Gestor e buscando aplicar no seio da Administração Municipal medidas de padronização processual, a elaboração deste parecer referencial será acompanhada de Listas de Verificações (checklist), constante no ANEXO I que poderá ser utilizado em todos os processos que tratam do presente opinativo.
- 32. Alerto que a responsabilidade pela correta instrução do processo com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto, será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referados documentos.

Ante o exposto, conclui-se que:

- As servidoras públicas gestantes, incluídas as contratadas a título precário ou ocupantes de cargo em comissão, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez at écinco meses apõs o parto, nos termos dos artigos 7º, XVIII e 39, §3º, da Constituição Federal e do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, hipótese em que está vedada a dispensa arbitrária por meio de ato unilateral e exclusivo da Administração;
- Deve ser constatado através de Laudo Médico Pericial que há anterioridade do fato biológico da gravidez à terminação do contrato para fins de estabilidade;
- Caso haja dispensa/ exoneração é devida a indenização dos valores que receberia até o quinto mês após o parto;
- Não há estabilidade na hipótese de cometimento de infração disciplinar passível de demissão (justa causa).

É o Parecer. À consideração superior.

35. Isso posto, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Procuradora-Chefe da Subprocuradoria Administrativa, para conhecimento e providências cabíveis.

Palmas, 01 de dezembro de 2023.

ANA CATARINA IUMATTI QUEIROZ Procuradora Municipal Mat. nº 413038424 | OAB/TO 10.453-B

GRAZIELLE DE SOUZA SILVA EL ZAYEK Procuradora Municipal Mat. 413044060 | OAB/TO 10.925-B

PAULO HENRIQUE GOMES MENDES Procurador Municipal Mat. 413041257 | OAB/TO 10.452

TAIZE ALMEIDA DE ALBUQUERQUE Procuradora Municipal Mat. 413033186 | OAB/TO 9900-A

THIAGO GONÇALVES G. DE AGUIAR Procurador Municipai Mat. 413046515 | OAB/TO 11.365-B

ARNALD PEREIRA BRAGA Mat. 413033128 | OAB/TO 8560-B

CHECKLIST – ESTABILIDADE PROVISÓRIA – ESTADO GRAVÍDICO

ITE M	FUNDAMENTO LEGAL	S/N	FL.
1	Existe autuação procedimental - protocolo, registro e numeração?		
2	Consta requerimento da parte interessada?		
3	Consta justificativa para prorrogação do contrato temporário		

	com a demonstração das situações abaixo?	
	*que há anterioridade do fato biológico da gravidez à terminação do contrato; *que não é hipótese de <u>dispensa por justa causa por cometimento de infração disciplinar e que não houve pedido de demissão</u>	
4	Existe Laudo Médico Pericial emitido pela Junta Médica Oficial do Município de Palmas?	
4.1	Há manifestação da pasta de que há interesse na prorrogação do contrato temporário ou da permanência do vinculo administrativo? administrativo? arcaso haja dispensa arbitrária durante o período da estabilidade gestacional, será devida indenização	
4.2	Consta informação funcional da requerente?	
4.2	Consta cópia do contrato temporário de trabalho temporário?	
4.3	Consta cópia do ato de nomeação, se for o caso?	

Data: Nome por extenso: Cargo do servidor responsável pela conferência: Matrícula Funcional:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E **DESENVOLVIMENTO HUMANO**

PORTARIA ORCAMENTÁRIA Nº 116. DE 01 DE NOVEMBRO 2023.

Altera as dotações constante do Orçamento Fiscal, da Casa Civil do Município de Palmas, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

A SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 80, caput, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Palmas, e tendo em vista o disposto no inciso II, art. 28 da Lei nº 2.832, de 29 de dezembro de 2022, c/c o art. 25 do Decreto nº 2.316, de 26 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º São alteradas as dotações constantes do Orçamento Fiscal, da Casa Civil do Município de Palmas, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme indicado no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art.1°, decorrerão da anulação parcial das dotações constantes do Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 01 de novembro de 2023.

MARIA EMÍLIA MENDONÇA PEDROZA JABER Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Humano

José Augusto Rodrigues Santos Junior Superintendente de Planejamento e Orçamento



PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 116, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023 ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO

UNIDADE: 9300 - Casa CIVII 6	lo municipio de Palmas					Re	Outras Alterações cursos de Todas as
FUNCIONAL	PROGRAMA/AÇÃO/PRODUTO/UNIDADE/META	ESF	FT	RP	GN	MD	DOTAÇÃO
04.122.8000.4460	04.122.8000.4460 Manutenção das Unidades de Atendimento Integrado aos Cidadãos - Resolve Palmas					8.000,00	
		F	1500		44	90	8.000,00
TOTAL ORÇAMENTO FISCAL					8.000,00		
TOTAL ORÇAMENTO DA SEGURIDADE					0,00		
TOTAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE				8.000,00			
TOTAL DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL					8.000,00		
TOTAL DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE				0,00			



ÓRGÃO: 93 - CASA CIVIL DO MI

IUNICÍPIO DE PALMAS	
funicipio de Palmas	R\$ 1
	Outras Alterap
	Recursos de Todas

						140	cuisos de Todas as
FUNCIONAL	PROGRAMA/AÇÃO/PRODUTO/UNIDADE/META	ESF	FT	RP	GN	MD	DOTAÇÃO
04.122.8000.4460 Manutenção das Unidades de Atendimento Integrado aos Cidadãos - Resolve Palmas							8.000,00
		F	1500		33	90	8.000,00
TOTAL ORÇAMENTO FISCAL	•						8.000,00
TOTAL ORÇAMENTO DA SEGURIDADE					0,00		
TOTAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE					8.000,00		
TOTAL DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL					8.000,00		
TOTAL DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE					0,00		
TOTAL DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE					8.000,00		